

DEMOGRAFIA E ESCRAVIDÃO

Douglas C. Libby

Prof. Douglas: Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite da Universidade Federal de Ouro Preto, por estar aqui hoje para tecer algumas considerações sobre o tema "Demografia e Escravidão".

Acho que a primeira questão que teríamos de examinar é a seguinte: por que procurar aplicar os conhecimentos da demografia histórica à escravidão? Na verdade, de acordo com a historiografia tradicional, não haveria quase que nenhuma razão para estudar a demografia das populações escravas. Isto porque pensava-se que existiria um único padrão de comportamento demográfico entre as populações escravas, exceção feita a do sul dos Estados Unidos. Dado que o tráfico negreiro transportava na vasta maioria homens- normalmente de 2 a 3 homens para cada mulher- as populações escravas do Novo Mundo eram marcadas por um crônico desequilíbrio entre os sexos. Tal desequilíbrio, aliado às péssimas condições de vida, teriam constituído obstáculos intransponíveis à reprodução natural das populações mancipadas. Dessa forma, a manutenção ou ampliação dos plantéis somente era possível através de novas injeções através do tráfico negreiro- um verdadeiro ciclo vicioso. Ainda no início da década de 1970, o respeitado historiador sueco, Magnus Mörner, sentenciou, em artigo de ampla circulação, que de pouco adianta gastar esforços em pesquisas demográficas sobre as populações escravas, pois, em todos os períodos e regiões- de novo, com a exceção das colônias/estados sulistas- a triste história da reprodução "negativa" repetia-se. Acho importante que se reflita um pouco sobre as consequências de aceitarmos a avaliação de Mörner. O que acontece com a família escrava enquanto legítimo objeto de estudo por parte da História? Qual é a relevância da população crioula- isto é, dos cativos nascidos nas Américas- na construção, parafraseando Eugene Genovese, de um mundo dos escravos? Com efeito, como falar de uma cultura escrava, ou mesmo de uma cultura negra, se sua base histórica não passou de um

constante aglutinado de africanos de diversas regiões, com curta expectativa de vida e mínimas chances de efetuar a simples reprodução biológica? Pior ainda: a sombria demografia da historiografia tradicional sustenta a noção de promiscuidade, nas senzalas de Gilberto Freyre ou de Emília Viotti da Costa. Paralelamente, a suposta excepcionalidade da História Demográfica do sul dos Estados Unidos faz com que Luiz Filipe de Alencastro e Claude Meillassoux concluam que lá não houve um regime escravista, e sim uma variação do Feudalismo.

Durante as duas ou três décadas após a Segunda Guerra Mundial, quando os estudos sobre a escravidão começam a tomar vulto, praticamente nada se fazia no campo da demografia escrava. Com os estudos sobre o tráfico negreiro a demografia passou a fazer parte da historiografia da escravidão e do escravismo. Na verdade, até o final da década de 1960, não se tinha noção clara do volume total de africanos transportados para as Américas e utilizavam-se, como moeda corrente, estimativas elaboradas ainda no século XVIII. Em 1969 apareceu um estudo do africanista Philip Curtin intitulado: "O Comércio Negreiro do Atlântico, um Censo".

Trata-se de tentativa de determinar o volume de africanos transportados desde o início do século XVI até o fim do tráfico. Curtin conclui que de 10 a 12 milhões de africanos "participaram" do tráfico negreiro, ou seja, trata-se da maior migração forçada da História. Diga-se, de passagem, que mais de 40% destes africanos desembarcaram na Terra de Santa Cruz. A estimativa de Curtin tem sido amplamente aceita nos inúmeros estudos sobre o tráfico publicados nos últimos vinte anos. No entanto, é um número frio que nada nos revela sobre o funcionamento deste comércio infame. Por isso mesmo, Curtin procura estabelecer se havia ou não uma lógica com relação às variações nas taxas de mortalidade durante a travessia do Atlântico.

Na verdade, os índices de mortalidade dependiam muito da época do ano em que os navios saíam da África; dependiam, também, e principalmente, da duração das viagens. Quando as viagens duravam além dos quarenta e cinco a sessenta dias, a mortalidade entre os africanos aumentava enormemente, em função da comida e água estragadas e a consequente propagação de doenças. Quando se chegava em menos tempo, como não raras vezes acontecia, a mortalidade normalmente era bem menor. Curtin detecta também um processo no qual a taxa de mortalidade dos navios negreiros baixou no período entre os meados do século XVIII e o fim do tráfico. Mesmo assim, eram taxas muito altas, com médias em

torno de 7%, enquanto que na travessia, por exemplo, de condenados da Inglaterra até a Austrália- uma viagem muito maior- as taxas eram inferiores a 1%. Sem dúvida, "participar" do tráfico era uma experiência terrível e perigosa.

Mais recentemente temos o livro de Joseph Miller nos traz muitas informações sobre a variedade da organização do tráfico na África, ou seja, do comércio africano que alimentava os navios negreiros. Na verdade, até bastante recentemente sabíamos muito pouco sobre como os africanos chegavam aos portos e entrepostos espalhados pelo litoral da África Ocidental. Miller mostra que havia inúmeras maneiras de encaminhar as pessoas para o tráfico. Muitas vezes, o africano já era um escravo na sua sociedade de origem. Mas, cada vez mais as pressões da demanda americana conduziam ao surgimento de um mercado insaciável, capaz de levar populações inteiras de vilarejos ou partes de tribos inteiras para o litoral e, subsequentemente, para a escravidão americana. Deve-se frisar que, desde muito cedo, a captura de "peças" para o tráfico negreiro tornou-se um negócio africano no qual as estratégias da guerra, da submissão política e da disseminação do caos social desempenharam, alternadamente, papéis de relevância. Tudo isto iria levar, ao longo do século XIX, à emergência de um regime escravista na África Ocidental que espelhava os regimes congêneres do outro lado do Atlântico e que somente seria erradicado no início deste século.

Cabe referir também ao livro do português José Capela que, embora não seja uma análise demográfica, traça o desenvolvimento do tráfico negreiro em Moçambique. O título é bastante sugestiva: A Escravatura, Conceitos, Empresa de Saque. Sobresai nesta obra a natureza exclusivamente colonial do tráfico moçambicano, pois os agentes eram colonos portugueses, radicados na África há várias gerações, e comerciantes brasileiros. A noção que frequentemente se tem de um tráfico triangular, com a forte participação de interesses metropolitanos, pode, assim, não corresponder à realidade.

No Brasil temos uma grande obra que lida com este comércio essencialmente afro-brasileiro: O Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII ao XIX de Pierre Verger. Acho relevante registrar o desinteresse no Brasil, por temas demográficos ou temas ligados ao tráfico. Este livro, que na verdade é a tese de Doctorat d'Etat defendida por Verger na Universidade de Paris, foi publicado na França em 1968, ou seja, um ano antes do livro de Curtin. Foi também publicado em inglês pela Universidade de Lagos, Nigéria em 1976. Somente em 1987 foi publicado no Brasil: esperou-se quase 20 anos para se ter acesso ao que talvez seja o mais

importante livro sobre o tráfico para o Brasil. O objetivo principal de Verger é mostrar que este tráfico constituiu-se em um tráfico colonial no sentido de que os fluxos se davam entre África e Brasil.

Não havia um tráfico triangular, pois, normalmente, bastavam os capitais e as mercadorias disponíveis nos portos brasileiros e africanos para se colocar em funcionamento o comércio de seres humanos. As casas mercantis de Lisboa ou do Porto podem ter servido, inicialmente, como financiadoras do tráfico, mas, com o passar do tempo, tais serviços financeiros foram se tornando desnecessários. O financiamento, como Verger mostra muito bem, se dava entre os negreiros sediados na África e os comerciantes brasileiros. Seu estudo focaliza basicamente Salvador e suas relações com uma determinada região africana; mas, já existem outros estudos, como o de Herbert Klein, que mostram claramente que o chamado "tráfico português" não passava no maior das vezes de um negócio entre a África e o Brasil. A importância destes laços comerciais foi tão grande que, na década de 1820, haviam movimentos, tanto em Angola quanto em Moçambique, visando a anexação destas colônias portuguesas ao Império do Brasil.

O estudo de Klein, intitulado *The Middle Passage*, nos leva mais perto ainda do funcionamento cotidiano do tráfico negreiro. Ele demonstra que a quase totalidade dos desembarques no Brasil se dava entre os meses de junho e dezembro. Esta temporalidade do tráfico derivava da maior probabilidade de tempestades no Atlântico Sul de janeiro a abril, o que, obviamente, representava um perigo durante a travessia e um perigo ainda maior para os bons negócios. Ora, isto significa que o ritmo do tráfico dependia de uma lógica racional e interna às especificidades do ramo, que nem sempre seguia os ciclos da demanda americana. Talvez o fato mais surpreendente e interessante apontado por Klein seja a constatação de que, no século XIX, até 40% das tripulações dos navios negreiros com destino ao Brasil era composta por escravos, mais uma vez frisando a natureza colonial do tráfico.

Retomando minha colocação inicial sobre a suposta inviabilidade de estudos demográficos que visam populações escravas- deve-se lembrar que, desde meados do século XVIII, no sul das colônias continentais britânicas a reprodução natural era um fato consumado e reconhecido contemporaneamente. Reitera-se que, durante décadas e décadas, mesmo nos Estados Unidos, a demografia escrava não se tornou objeto de estudo. Talvez a própria singularidade do comportamento demográfico dos cativos norteamericanos tenha relegado o fenômeno à categoria de uma mera curiosidade e como tal pouco merecedora de maiores esforços acadêmicos. Por outro lado, é tentador especular

que estudos demográficos feitos com um pouco de sensibilidade poderiam resgatar uma página vibrante e heróica da História Negra- uma página pouco condizente com as teorias da historiografia tradicional e capaz de desmentir outras teorias, menos acadêmicas, que alimentam o racismo norteamericano.

Para colocar em perspectiva esta potência reprodutiva basta lembrar que, quando se extinguiu o tráfico negreiro para os Estados Unidos em 1809, a população escrava incluía pouco mais de 1 milhão de indivíduos. Quando a escravidão foi abolida, em 1863, esta população já ultrapassava os 4 milhões. Não se trata, então, de uma população medianamente capaz de reprodução; trata-se de uma população cuja reprodução era muito ampla. Provavelmente foi uma das populações que mais rapidamente cresceu, no mundo, durante o século XIX, sem nenhum tipo de injeção por migração- forçada ou não. Em 1976 foi publicado um livro, a meu ver monumental, de autoria de Herbert Gutman que, infelizmente, faleceu há uns quatro anos cujo título, traduzido é "A Família Negra na Escravidão e em Liberdade, 1750-1925". Como quase todos os livros de História, este tinha um objetivo político que foi explicitado por Gutman. Na época em que ele começou suas pesquisas de campo sobre a família negra, durante o governo Nixon, havia o que se chamava de uma política de "abandono benigno" com relação à população negra. É bom lembrar que o final dos anos 60 e início dos anos 70 foram marcados por terríveis distúrbios nos grandes centros urbanos dos Estados Unidos, distúrbios centrados nos bairros negros. O objetivo de Gutman foi demonstrar que a desagregação da família negra era fruto das políticas sociais de sucessivos governos norteamericanos ao longo do século XX e que a desagregação não era algo historicamente herdado da condição da escravidão. E esta demonstração o autor fez com competência.

Gutman mostrou com toda clareza que, pelo menos desde 1750, a organização familiar predominava entre as populações escravas dos Estados Unidos. Os plantéis eram organizados em comunidades de famílias, interligadas por uma rede de parentesco extremamente complexa. Existem registros claros do carinho, do amor e do afeto dessas famílias para com seus próprios membros e com os demais membros da rede de parentesco. Ora, se as famílias negras dos anos 60 estavam desagregadas, este fato não era definitivamente um legado da escravidão dos séculos anteriores. Gutman foi muito além, no entanto. No intuito de desvendar os mecanismos da reprodução, o autor empreendeu uma série de estudos da genealogia escrava- imaginem, genealogia escrava! Em termos de métodos e técnicas, considero sua análise como a contribuição mais criativa para

os estudos da escravidão dos últimos 20 anos. Ele encontrou ciclos bem distintos no que diz respeito à possibilidade de reprodução- simples ou ampliada- da população escrava.

Esses começavam com uma fase denominada o ciclo de consolidação de famílias e consolidação de redes de parentesco. Neste período, normalmente, a população escrava lograva, no mínimo, se manter em termos numéricos, enquanto as famílias e redes de parentesco se formavam. Seguia-se uma fase de estabilidade, tanto das famílias quanto das comunidades- isto é, dos plantéis. Durante o período ou ciclo de estabilidade a reprodução era ampla, muito ampla. Não era nada incomum a mulher escrava estar com dez filhos vivos quando atingia entre 45 e 49 anos, ou seja, no término de seu ciclo pessoal de reprodução. Ao ciclo de estabilidade ou de reprodução ampliada seguir-se-ia uma fase de dispersão dos plantéis.

Com o falecimento do senhor, suas propriedades eram repartidas entre seus vários herdeiros o que implica, evidentemente, a repartição dos plantéis. Neste momento assistia-se a desagregação da comunidade escrava. Embora, de acordo com Gutman, a separação de famílias fosse bastante rara, a comunidade normalmente era desfeita. Dividida entre os herdeiros, a comunidade desaparecia e seus fragmentos davam início a um novo ciclo de consolidação, ou melhor, de reconsolidação. Dessa forma, em se tratando do sul como um todo, a população escrava norteamericana já estava crescendo a partir dos meados do século XVIII. Na verdade, existem alguns indícios de que o mesmo tipo de comportamento cíclico ocorreu nas colônias de Maryland e Virgínia já no início do século- 1720, 1730.

Não creio que tenham ocorrido outros exemplos de comportamento plenamente reprodutivo tão cedo em qualquer outra parte do Novo Mundo. Ademais, não resta dúvida de que a intensidade do tráfico negreiro e a proximidade das rotas deste comércio desempenharam um papel primordial na História Demográfica das populações escravas. O lugar secundário que o sul norteamericano ocupava na economia do Atlântico e, portanto, no sistema de comercialização de escravos, favoreceu, sem dúvida, a reprodução de suas populações cativas. Há muito ainda a estudar a esse respeito e creio ser importante focalizar outras regiões das Américas- principalmente Cuba antes da virada do século XIX e as áreas não exportadoras do Brasil ao longo de toda a sua História.

Foi também em 1976 que surgiu um livro de Barry Higman, um jamaicano que estudou na Universidade de Cambridge e participou do grupo demográfico desta Universidade que possui talvez o mais importante centro de História Demográfica. O título pode ser traduzido assim: "A População e a Economia Escravas da Jamaica, 1807-1834". Higman elabora uma cuidadosa confirmação sobre a incapacidade da população escrava jamaicana de se reproduzir. Analisa a mortalidade infantil, os problemas climáticos e ecológicos, as doenças, as insuficiências alimentícias, etc. para demonstrar que na Jamaica não havia possibilidade de reprodução da população como um todo. Ainda em 1834, quando a escravidão foi abolida de vez nas colônias britânicas, o crescimento na Jamaica continuava negativo. Foi somente em meados da década de 1840 que a população de ex-escravos passou a se reproduzir.

Por outro lado, Higman faz certas ressalvas quanto à incapacidade reprodutiva geral. Para a Jamaica e, na verdade, para o Caribe como um todo, a incapacidade reprodutiva foi muito ligada à plantation, especificamente à plantation açucareira. Quando, porém, as atividades econômicas eram de outra natureza, haveria alguma tendência reprodutiva. Na Jamaica isto se deu entre os cativos que trabalhavam nas fazendas de café, o que, sem dúvida, é algo surpreendente. Também ocorreu entre escravos urbanos, por exemplo: as famílias dos estivadores cresciam através da reprodução natural. Enfim, via de regra, a possibilidade de reprodução das populações escravas aumentava em razão inversa ao grau de envolvimento na produção destinada ao comércio internacional. Naqueles poucos setores da economia caribenha voltados para o mercado interno havia uma boa chance de reprodução entre os escravos. Higman demonstra ainda que, nas ilhas do Caribe britânico que estavam, por assim dizer, trilhando para fora do sistema colonial na virada do século XIX, as populações escravas já se reproduziam de forma ampliada- especificamente nas Bahamas, em Santa Lúcia e até em Barbados. Para Higman, tal capacidade reprodutiva estaria intimamente associada à estabilidade ou à sedimentação econômica e social- em inglês, settledness- derivada do distanciamento das flutuações e da dinâmica "perversa" da economia colonial clássica.

Há ainda mais uma obra que trata do Caribe publicado em 1984 pelo norteamericano Kenneth Kipple. Seu título em português seria: "O Escravo Caribenho: uma História Biológica". Na verdade, acabei de ler este livro apenas há duas semanas e devo dizer que há muito tempo que não leio uma obra tão instigante, inovadora e fascinante. Kipple analisa o ambiente epidemiológico e

imunológico do Caribe após a chegada dos europeus e dos africanos demonstrando que praticamente a única população que poderia sobreviver naquilo que o Caribe se tornou em termos de doenças contagiosas, eram os escravos africanos e seus descendentes. Após múltiplas migrações, o Caribe se transformou em uma terra de ninguém para os brancos, enquanto para os índios... bem, hoje não resta um índio do Caribe para contar a história; morreram todos e não apenas por causa das doenças européias. Logo depois vieram os escravos africanos, com uma nova bagagem de doenças. Trata-se, portanto, de uma dose dupla e os índios ilheus simplesmente não sobreviveram.

Do ponto de vista mais especificamente demográfico, Kipple nos ajuda a compreender, e isto muito claramente, por que as populações escravas do Caribe foram incapazes de se reproduzirem. Os africanos estavam equipados com vários graus de imunidade, principalmente com relação às doenças que eles mesmos haviam transportados: a febre amarela, o tifo e a malária. Mas, dado o regime alimentício ao qual estiveram submetidos, sofriam de seríssimas deficiências de vitaminas, de ferro e de proteínas que, por sua vez, provocavam uma série de doenças que debilitavam o organismo.

Estas doenças se refletiram negativamente no processo reprodutivo, aumentando a incidência de natimortos e reduzindo as chances de sobrevivência dos recém-nascidos. Os primeiros nove dias de vida representavam um obstáculo tão difícil que cerca de um terço dos recém-nascidos falecia neste curto período. Mesmo que as crianças sobrevivessem a barreira dos nove dias, até alcançarem a idade de um ano, uma verdadeira bateria de infirmitades tiraria a vida de outros 20% delas. A mortalidade infantil do primeiro ano de vida resultava de complicações pré-natais, pois a dieta inadequada das mães pouco favorecia a imunização natural durante o desenvolvimento do feto. Assim, o primeiro ano já eliminava um pouco mais de 50% das crianças escravas nascidas no Caribe.

Além disto, em termos de doenças e enfraquecimento imunológico, havia inúmeros outros obstáculos a serem vencidos pelas crianças, até chegarem aos cinco anos de idade. De fato, os próximos quatro anos eliminavam, em média, mais 30% dos nascidos. Evidentemente, uma taxa de sobrevivência de apenas 20% inviabilizava o processo de reprodução natural.

Retornando o estudo de Higman, pode-se perceber que não foi fortuito que a reprodução das populações escravas de algumas ilhas do Caribe britânico, ainda que em escala reduzida, somente teve lugar no início do século XIX. Após a

cessação do tráfico britânico, como acontecia em todos os demais sistemas escravistas, surgiu uma política, às vezes consciente, às vezes inconsciente, de melhorar as condições de vida dos escravos, principalmente através de mudanças no regime alimentício. Aliado ao fato de que o desequilíbrio entre os sexos diminuía com a cessação do tráfico, um regime alimentício melhor criou condições para a maior sobrevivência das crianças. Diga-se, de passagem, que a alta mortalidade infantil e sua posterior melhora dava-se em um quadro no qual as taxas de fertilidade das mulheres escravas do Caribe eram tão altas como as de qualquer outra população de alto crescimento, à época: havia em torno de 50 nascimentos anuais para cada 1.000 mulheres em idade reprodutiva. Trata-se de taxa bastante alta, muito mais alta, por exemplo, que a taxa brasileira de hoje. No caso do Caribe, portanto, a incapacidade reprodutiva resultou, sobretudo, da falta de cuidados com o regime alimentício por partes dos senhores e seus administradores.

Qual foi a influência, no Brasil, de obras inovadoras como as de Kipple e de Higman? The Caribbean Slave já tem oito anos de publicação mas é desconhecido; foi somente este ano que se começou a trabalhar com Higman na pós-graduação em História da USP e da UFMG. Sem dúvida, o namoro entre a História e a Biologia é fascinante e pode resultar em interpretações inteiramente novas. Por outro lado, esta análise supõe a existência de documentos deixados por médicos ou senhores e administradores preocupados com o problema da saúde. Trata-se de documentos essencialmente privados, produzidos no dia a dia dos engenhos, das minas e outros tipos de unidades produtivas e como tal é um tipo documental praticamente desconhecido nos acervos do período colonial. É possível que, para o século XIX, surja uma documentação que permita, por exemplo, identificar doenças. Haveria diferenças entre as doenças que acometiam brancos, negros e mulatos? Este parece ser um bom ponto de partida para novas pesquisas.

O problema é o mesmo quando se pensa em seguir os passos de um Gutman. Aonde vamos encontrar famílias escravas registradas enquanto tal? Gutman utilizou uma farta documentação produzida nas próprias plantations sulistas- aliás, Higman também o faz no que se refere ao Caribe britânico. É possível que aqui em Mariana existam registros paroquiais e material cartorial que talvez pudessem fornecer pistas para o resgate da família escrava. Mas não será fácil, pois temos de chegar ao cotidiano através de momentos de intervenção do Estado ou da Igreja, nenhum dos quais fazia questão de reconhecer a união de casais escravos. De qualquer forma, mesmo que estes e outros estudos sobre a

escravidão moderna não possam nos servir como modelos metodológicos, pelo menos devem nos estimular a formular novas indagações sobre nosso passado escravista.

Voltando ao caso brasileiro, é preciso enfatizar a inutilidade de se conceber um Brasil escravista. Precisamente porque há vários "Brasis", discordo de determinadas obras que procuram realizar uma grande síntese do escravismo brasileiro.

Por mais que se possa respeitar seus autores, parece-me mais acertado reconhecer a distinção entre o que era o Brasil da exportação- a produção e exportação para o mercado internacional das "mercadorias coloniais"- e o Brasil do mercado interno. Este segundo Brasil esboçou-se em função da demanda gerada em Minas Gerais no início do século XVIII. Mais tarde, com a decadência da produção aurífera, o Brasil que produzia para o mercado interno, o mercado "nacional", se identificou principalmente com Minas Gerais, mas também com São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, o interior de todo o Nordeste, e com a região Centro Oeste.

A importância de Minas neste outro Brasil se deve, primeiro, a sua grande população, maior que em qualquer outra parte da Colônia ou do Império- tanto de pessoas livres, quanto de escravos. Segundo, pelo menos a partir do último quartel do século XVIII e ao longo do século XIX, a economia mineira era primordialmente voltada para o mercado interno. Embora seja verdade que a cafeicultura se desenvolveu na Zona da Mata, principalmente durante a segunda metade do século XIX, hoje não resta mais dúvida de que havia em Minas grande diversificação de atividades produtivas cujas excedentes se destinavam ao mercado interno.

Este perfil econômico distinto é importante enquanto pano de fundo para estudos da demografia escrava. É plausível imaginar, seguindo Higman, que a experiência demográfica dos cativos mineiros pudesse ter sido algo distinto daquela da população mancipia do Recôncavo baiano, por exemplo. A reprodução natural teria sido pelo menos uma possibilidade.

Antes de examinar esta questão, cabe discutir o que se vem fazendo em termos de estudos da demografia escrava no Brasil onde a questão da reprodução é realmente central. Neste sentido os estudos demográficos devem responder, inicialmente, a seguinte indagação: a população escrava era ou não capaz de se reproduzir? No caso de resposta negativa, tais estudos deveriam priorizar a

dinâmica da relação entre o padrão de mortalidade e a imigração- no caso, evidentemente, o tráfico. Hoje, vários estudiosos não mais aceitam a noção de que a manutenção e o crescimento de todas as populações escravas regionais dependiam única e exclusivamente das constantes injeções de novas "peças" através do tráfico negreiro. Há pleno reconhecimento de que a reprodução poderia ser, em determinados momentos e em determinadas regiões, um fator de importância variada no crescimento e na manutenção de planteis regionais.

Um dos primeiros indícios de que a reprodução natural poderia desempenhar papel de relevo entre as populações escravas brasileiras refere-se a Sergipe, especificamente na grande obra de Stuart Schwartz sobre o complexo açucareiro baiano. Sabe-se que na Bahia, ao longo de todo o período colonial, a população escrava foi quase sempre composta por 2/3 de africanos e 1/3 de criolos. A porcentagem de africanos pode ter chegado a 70% e mesmo 80% durante os períodos de alta na mercado internacional, o que significa que o peso do elemento masculino dentro da população era enorme. Trata-se de uma simples questão matemática: com esta predominância tão marcante de homens não havia como a população pudesse se reproduzir.

Imaginava-se que esta situação prevalecia em todas as regiões açucareiras. No entanto, um censo de Sergipe (1785) levantado por Schwartz, mostra que os escravos nativos representavam 60% da população mancipia e havia equilíbrio razoável entre os sexos. É claro que o peso do elemento africano continuava grande, mas cifras como estas significam que, no mínimo, a população sergipana de escravos foi capaz de se reproduzir já no final do século XVIII. Schwartz acredita que a composição diferenciada do plantel sergipano se devia ao fato de que Sergipe não tinha nenhuma ligação direta com as rotas do tráfico negreiro internacional. Raciocina ele que o distanciamento resultou em menos pressões- ou seja, constantes importações- para a população escrava, permitindo uma certa consolidação do tipo sugerido por Gutman. Trata-se de uma hipótese que precisa ser mais aprofundada empiricamente.

Uma série de estudos realizados na USP focaliza alguns municípios da capitania, e depois província, de São Paulo. Há vários trabalhos, por exemplo, feitos por José Flávio Motta sobre Bananal, que provavelmente foi o primeiro município cafeeiro típico de São Paulo. Localizado na fronteira o com Rio de Janeiro, Bananal foi atingido pela marcha do café em direção às terras paulistas. Os estudos de Motta são baseados em fontes pouco comuns no Brasil: listas nominativas elaboradas por Companhias de Ordenanças. As listas eram elaboradas

na base de agrupamentos familiares, inclusive as famílias escravas. Motta faz um levantamento exaustivo das listas de 1801, 1817 e de 1829. A escolha das datas não foi aleatória, porque, ao que parece, o café entrou em Bananal com bastante rapidez a partir de mais ou menos 1810. Dessa forma, tem-se três momentos bem distintos. O primeiro, na virada do século XIX, foi o momento em que Bananal pertencia ao Brasil do mercado interno, com uma economia agrícola mais ou menos diversificada. No segundo momento, o município passava a pertencer ao Brasil da exportação. Em 1829, é claro, esta economia exportadora já havia se consolidado. Lembra-se que, a partir da década de 1830, Bananal provavelmente era o mais rico município brasileiro. Sua Câmara Municipal abonava os pedidos de empréstimos feitos pelo governo Imperial na praça bancária de Londres, dada a pujança da economia local.

Motta descobre, em primeiro lugar, que em 1801 nada menos do que 52% de todos os escravos pertencia a algum tipo de agrupamento familiar. E, deste grupo de 52%, 39% eram crianças, legítimas e ilegítimas. Este perfil, sem dúvida, é de uma população que se reproduzia. Além disso, fica claro que a família escrava existia no Brasil, às vezes como forma predominante de organização social. Evidência como esta desmente a noção simplista que equaciona o comportamento sexual dos escravos à promiscuidade e, mais ainda, quando as famílias escravas aparecem na documentação, como a de Bananal, elas são monogâmicas. É verdade que a evidência sugere que a mulher escrava às vezes experimentava vários parceiros antes de escolher seu marido. Aliás, Gutman encontrou este mesmo padrão de comportamento entre as escravas sulistas que, frequentemente, tinham de 2 ou 3 filhos antes do casamento. Consagrada a união, porém, os casamentos eram estritamente monogâmicos, desde que não ocorresse uma separação forçada.

Para 1817 Motta encontra o grupo residindo em famílias ou participando de relacionamentos familiares diminuído para 33% da população escrava. E desse grupo, menos de um quarto era composto por crianças. Evidentemente, deve ter ocorrido uma importação maciça de novos escravos, tanto africanos como também um contingente nada desprezível de escravos de outras regiões brasileiras- na vasta maioria homens. O resultado foi um desequilíbrio enorme entre os sexos e, consequentemente, a configuração de uma população escrava incapaz de reprodução ampliada. Com isto, não quer dizer que o núcleo sobrevivente desde 1801, um grupo a estas alturas majoritariamente crioulo, não estivesse se reproduzindo. Mas, no conjunto, tal reprodução não tinha peso diante do impacto negativo do tráfico: marcante desequilíbrio entre os sexos, a modificação da

estrutura etária na qual as idades adultas passaram a predominar e, principalmente, a consequente superioridade da mortalidade vis a vis a natalidade. Nesta conjuntura o crescimento do plantel municipal se dava sobretudo através da importação.

Em 1829, o grupo que residia em famílias havia crescido um pouco- 3% ou 4%- enquanto o número de crianças dentro do grupo havia aumentado consideravelmente. De fato, em termos absolutos, o grupo que residia em famílias dobrou de tamanho entre 1817 e 1829 o que significa que, mesmo sendo minoritária, a parcela "familiar" contribuía para o crescimento da população escrava de Bananal.

Parece termos, assim, uma versão brasileira dos ciclos que Gutman encontrou para o sul dos Estados Unidos. No caso, 1801 evidentemente representa a estabilidade e a reprodução plena; 1817 é a desagregação, causada pela implantação do cultivo do café e a consequente chegada de um enorme contingente de novos escravos; 1829 pareceria ser o momento de reconsolidação das famílias, da comunidade escrava. Na verdade, não foi bem assim, pois as importações maciças de africanos continuaram até 1850 e a reconsolidação não teve chances de se estabelecer. De qualquer forma, considero esta tendência (re)consolidativa bastante sugestiva para que se façam outros estudos de demografia escrava no Brasil.

Trabalhando com as mesmas listas feitas pelas Companhias de Ordenanças, Iraci del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz realizaram um estudo sobre Lorena, restrito ao ano de 1801. Resumindo rapidamente os achados mais importantes deste estudo, salienta-se, primeiro, que os autores também encontram mais da metade da população residindo em agrupamentos familiares, bem como um número expressivo de crianças. Os dados de Lorena sugerem uma correlação positiva entre o tamanho- a magnitude- do plantel e a frequência de relacionamentos familiares, ao mesmo tempo que apontam taxas maiores de fecundidade, ou seja, de nascimentos vivos, entre as mulheres escravas que pertenciam a plantéis maiores. Confesso que acho um pouco problemática a definição de plantel grande. No caso, um plantel de 15 a 40 escravos é considerado como grande. No contexto paulista do início do século XIX, isto realmente constituía um plantel grande, como também seria grande para Minas nos séculos XVIII e XIX. Mas, era insignificante perto do que seria um plantel típico das regiões açucareiras do Brasil ou do Caribe. É claro que, quanto maior o plantel, maiores as possibilidades de acasalamento, mas, somente, se houvesse um razoável

equilíbrio entre os sexos. E foi exatamente isto que não ocorria nos grandes planteis dedicados à agro-exportação. Parece-me, assim, que as variáveis relacionados à intensidade do tráfico e ao tipo de atividade econômico predominante são muito mais relevantes para a questão da reprodução do que o tamanho do plantel, que de fato é uma mera contingência.

Um outro aspecto revelado pelos autores que me parece bastante interessante é que havia um número muito grande de mães solteiras nos plantéis considerados pequenos. O que significaria isto? Colocada da maneira mais simples, significa que havia relações de acasalamento fora dos planteis. Segundo Gutman, isto também se deu comumente nos Estados Unidos. No plano das relações cotidianas, pode-se deduzir ou que os proprietários não se opunham aos encontros amorosos entre escravos de planteis diferentes ou que as eventuais proibições não funcionavam.

Não seria tudo isto um claro indício da existência de uma rede de solidariedade entre escravos e mesmo forros que extrapolava os planteis, enfim, de uma comunidade negra com dinâmica própria? É importante salientar que, para os senhores de escravos, o saldo, medido em novas "peças", era positivo. Assim chegamos ao mais significativo achado de Costa, Slenes e Schwartz: os dados da lista nominativa de 1801 revelam que a população escrava de Lorena gozava de uma taxa de crescimento positiva. A taxa era muito baixa e certamente menor que a taxa da população livre, mas fica demonstrada a possibilidade, em determinados momentos e em determinadas regiões, da reprodução ampliada. De fato, é provável que a população escrava de Lorena tenha continuado a crescer lentamente na base da reprodução natural por mais algumas décadas, pois o café demoraria a chegar ao município. De novo, o que importa é que este estudo pode servir de exemplo para pesquisas futuras que focalizem outras épocas e regiões.

Quero tratar rapidamente de um último estudo de caráter regional antes de passar às Gerais. Horacio Gutiérrez publicou uma série de artigos que examinam os resultados parciais de seus estudos sobre o Paraná na primeira metade do século XIX. Deve-se notar que Paraná caracterizava-se por ter uma economia agropastoril, voltada para o auto-consumo e o mercado interno e, como Gutiérrez demonstra, praticamente sem vínculos com o tráfico negreiro internacional. A população escrava em 1798 era de 4.273 pessoas, portanto trata-se de uma região escravista de pequena expressão no conjunto brasileiro que, no entanto, em 1830 atingia 6.260 pessoas. O autor tem elementos para afirmar que este crescimento se deu, quase por inteiro, via a reprodução natural. As listas nominativas

analisadas por ele, diferentemente das listas das Companhias de Ordenanças, distinguem claramente entre africanos e criolos. Durante as três primeiras décadas do século XIX, os africanos não representavam mais que 15% da população escrava. Na verdade, em 1830 esta porcentagem era ainda menor, donde se conclui que a reprodução natural era o principal fator na taxa média anual de crescimento de 1,5% calculada para o período.

Como se vê, cada vez que chegamos em alguma versão do outro Brasil, ou melhor, nos outros "Brasis", encontramos indícios de reprodução natural nas populações escravas, apesar dos exemplos ainda serem pouco expressivos em relação ao conjunto brasileiro.

Não haveria um outro exemplo de vulto suficiente para se contrapor às análises tradicionais? Fazem alguns anos que eu e Clotilde Paiva da FACE/UFMG, junto com alunos e outros colegas, vimos tentando descobrir se a reprodução natural também pode ser detectada em Minas Gerais e elaboramos uma hipótese que, por enquanto, ainda é de difícil comprovação. Trata-se do seguinte: em consequência da decadência da produção aurífera, sabe-se que a capacidade de importação da capitania de Minas Gerais ficou bastante reduzida. Pode-se imaginar que, diante deste fato, a entrada de africanos teria sido menor, bem menor, do que no período aurífero. Ou seja, as quatro décadas entre 1770 e 1810 teriam constituído uma espécie de hiato em termos demográficos- um momento em que a população escrava pudesse respirar, um momento em que poderia ter se dado um prolongado ciclo de consolidação de famílias e das comunidades escravas. Esta parte da hipótese não é de fácil comprovação, uma vez que até agora não encontramos documentação de natureza estatística que possibilitasse uma medição das variações no fluxo de africanos para Minas, embora sua diminuição seja bastante plausível. Além disto, as listas nominativas são quase inexistentes para este período, embora os chamados "mappas de população"- resumos estatísticos agregados- sejam relativamente comuns. Com os "mappas" é impossível reconstituir a população por faixas etárias ou ainda definir as proporções de africanos e criolos. Estou convencido, porém, que um grande levantamento de dados junto aos inventários post mortem poderá produzir uma amostra cuja magnitude daria segurança suficiente para se esboçar as tendências demográficas prevalescentes na população escrava como um todo.

Para as quatro décadas subseqüentes sabe-se que a população mancipia mineira cresceu rapidamente. De acordo com nossa hipótese, este crescimento se deu por duas razões fundamentais: a primeira foi a abertura dos portos brasileiros

e, paralelamente, a cessação do tráfico negreiro para as colônias britânicas e para os Estados Unidos. Repentinamente, chegavam ao porto do Rio de Janeiro escravos africanos em números jamais vistos e não há dúvida de que Minas Gerais foi capaz de se aproveitar da situação de superoferta da mercadoria escrava. Os grandes comerciantes de escravos facilitavam o crédito e até trocavam mercadorias de Minas- algodão, queijos, derivativas suínas, feijão, arroz e outros grãos- por "peças" novas. Mesmo assim, os preços caíam. Desta forma, parece que a década de 1810 representa o momento em que Minas reingressou no mercado internacional de escravos.

Se a hipótese sobre a queda nas importações e sobre a consolidação da reprodução ampliada estiver correta, a questão agora é saber quais foram as consequências das novas ondas de africanos recém chegados para a demografia da população escrava mineira. Esta verdadeira invasão simplesmente cancelou o comportamento reprodutivo consolidado anteriormente ou a continuada reprodução teria constituído a segunda causa do crescimento geral?

As respostas devem ser buscadas na análise das numerosas listas nominativas da década de 1830 que se encontram no Arquivo Público Mineiro. Trata-se de um conjunto documental enorme: a população total arrolada nas listas alcança cerca de 450.000 indivíduos e para cada pessoa tem-se o nome, idade, qualidade e condição, além de eventuais informações sobre as ocupações. Deve-se mencionar que o item "qualidade" contém informações sobre a origem das pessoas e possibilita distinguir entre africanos e criolos. Pois bem, as listas nominativas nos oferecem os elementos básicos para começar a identificar o comportamento demográfico dos escravos naquele momento, embora o ideal fosse comparar os dados da década de 1830 com dados posteriores, especialmente aqueles do período pós-1850, ou seja, após a extinção do tráfico negreiro para o Brasil.

Há pouco tempo atrás descobriu-se a existência de matrículas de escravos de quatro municípios mineiros, datadas da década de 1870. As matrículas resultaram do cumprimento da Lei do Ventre Livre e, na verdade, deveriam ter sido destruídas logo após a Abolição- graças a Deus por burocratas omissos! Elas são de Patos, Santo Antônio do Monte, Dolores da Marmelada e Paracatu, ou seja, três municípios do chamado Oeste mineiro, e o último constituindo a região noroeste da província. As matrículas trazem muitas das informações contidas nas listas nominativas, facilitando assim a comparação.

Para a década de 1830, os resultados mostram que cerca de 60% da população escrava era nascida no Brasil. Notem que esta composição é quase a inversa daquela verificada no Brasil da agro-exportação. Embora a razão de masculinidade permanecesse alta em função dos 40% de africanos, o desequilíbrio entre os sexos era bem menos marcante, se comparado com a situação das regiões cafeeiras ou açucareiras. E, como resultado deste relativo equilíbrio entre os sexos, verificamos a presença bastante expressiva de crianças de até 10 anos. Quase na sua totalidade, elas nasceram em Minas, pois o registro de crianças africanas era praticamente nulo. É verdade que a partir dos 11 ou 12 anos havia uma presença bem mais expressiva de crianças e adolescentes africanos, o que não deve surpreender, uma vez que a captura de adolescentes na África era comum em função dos altos preços obtidos por esta tipo de "peça". De qualquer forma, a presença expressiva de crianças criolas comprova a capacidade do núcleo nativo de se reproduzir, apesar da pesada importação de africanos. E mais, a reprodução dos nativos claramente contribuiu para o crescimento da população escrava como um todo.

Já na década de 1870, para as regiões do Oeste mineiro e de Paracatu, encontramos um equilíbrio entre os sexos quase que perfeito. Trata-se de um achado extremamente importante. Primeiro, porque tudo indica que nem a população escrava brasileira como um todo, e menos ainda as populações cativas das regiões ligadas à agro-exportação, havia conseguido sanar os efeitos do tráfico negreiro. Segundo, porque este processo de saneamento que teve lugar nas duas décadas após a cessação do tráfico negreiro muito provavelmente constituía uma repetição do que se processou em Minas no último quartel do século XVIII. Dado o equilíbrio entre os sexos, não é de se surpreender que a proporção de crianças nestas populações haja aumentado muito com relação à proporção encontrada na década de 1830. Ao mesmo tempo, o número de mulheres em idade reprodutiva era muito grande- uma característica de populações plenamente reprodutivas. Pode-se concluir que estas populações escravas estavam em condições de iniciarem um prolongado período de reprodução ampliada- provavelmente algo muito parecido com o que havia acontecido nos Estados Unidos após 1809. Ou seja, não há dúvida de que, vinte e poucos anos após a cessação do tráfico internacional, pelo menos algumas regiões de Minas Gerais estavam "equipadas" com populações escravas plenamente capazes de se reproduzirem.

Estes fatos esclarecem por que foi a bancada mineira de 1871, junto com a bancada fluminense, aquela que mais trabalhou para que a Câmara dos Deputados

não aprovasse o projeto da Lei do Ventre Livre. Não estaria aí presente a consciência, entre os deputados mineiros, de que Minas poderia constituir-se em um sistema escravista independente, tal qual o sistema escravista norteamericano do início do século XIX até a Guerra da Secessão?

Claro está que ainda existem inúmeros problemas e lacunas a serem solucionados e preenchidos. Infelizmente, é difícil estimular os alunos, principalmente os da graduação, a se envolverem em pesquisas que trabalham com números em excesso, máquinas calculadoras e até o computador.

Quero crer que o que temos aqui é a possibilidade de desvendar uma História ainda não imaginada. Em termos estritos da História Demográfica, é preciso combater a noção de que haviam apenas dois caminhos: o do sul dos Estados Unidos e o caminho da morte das demais regiões escravistas do Novo Mundo. Pelo menos algumas regiões brasileiras, em determinados períodos, representam um meio termo, e este fato, sem dúvida, tem importantes implicações para os estudos que focalizam os aspectos sociais, econômicos e até culturais de nossa História. Penso que a ênfase na unicidade do escravismo enquanto experiência histórica dificulta o vislumbamento de realidades diversificadas e mesmo distintas. A reemergência de uma preocupação com os "Brasis" não é nada fortuita; decorre da liberação de certas camisas de força teóricas que vinham emperrando o estudo da História por longos anos. Está chegada a hora de, com os devidos cuidados, exercitar a criatividade, formular novas perguntas e perseguir novas respostas. Por mais técnica e quantitativa que possa parecer, a História Demográfica tem importante contribuição a dar, exatamente porque ela fornece argumentos concretos que informam, entre outras coisas, a reconstituição do escravo e da escrava enquanto agentes de sua própria história. Afinal, as tendências demográficas afetavam e eram afetadas pela trama das relações senhor/escravo, de resistência e de acomodação.

É bastante provável que a demografia- particularmente os estudos sobre a formação de famílias- ajude a desvendar melhor o verdadeiro papel da chamada "brecha camponesa" no Brasil escravista, ou melhor, nos "Brasis" escravistas. Pessoalmente, aplaudo a efervescência em que se encontra o nosso ofício. Apenas não compreendo por que tantos entre aqueles que se mergulham nesta efervescência se negam, de antemão, a reconhecer que tanto a História Demográfica quanto a História Econômica também estão a procura de novos caminhos.

Profa. Andréia: Uma vez ressaltada a especificidade da economia provincial mineira, gostaria de perguntar como é que as diversas regiões se articulavam, se existem fatores dominantes que possibilitariam a compreensão global do que foi apresentado como sendo os "vários Brasis". Em seguida, gostaria que o professor comentasse acerca dos estudos sobre a escravidão que convergem para a perspectiva da formação das famílias escravas. Gostaria que o professor o fizesse a partir da crítica feita por Luís Felipe de Alencastro, na revista "Novos Estudos", ao livro de Stuart Schwartz - "Segredos Internos" -, de que, a condição de mercadoria do escravo e sua implicação, o tráfico, militava contra a formação de famílias dentro da população cativa.

Prof. Douglas: Acho que a questão da articulação entre os "Brasis" tem resposta fácil. A partir do início do século XVIII, processou-se rapidamente a articulação de um mercado de dimensões nacionais, em função da enorme população que se fixou aqui em Minas. Foi o primeiro momento em que uma região brasileira começava a comprar mercadorias de todas as demais regiões. Chegavam aqui mulas e cavalos do Rio Grande do Sul, gado de todo o interior do Nordeste, açúcar da Bahia, cachaça do Rio de Janeiro e mantimentos de todas as partes. Diga-se, de passagem, que, inicialmente, os senhores de engenho do Recôncavo ficaram histéricos diante da inflação provocada por esta concentração populacional tão brusca e, é claro, pelo ouro que passou a circular. Logo em seguida, porém, os ânimos foram acalmados através da participação no lucrativo mercado mineiro. Vê-se, assim, que, pelo menos em termos da circulação de mercadorias, a articulação se deu sem maiores problemas, de maneira racional. Se é apropriado falar em dominação neste contexto, suponho que as casas comerciais sediadas na cidade do Rio tenham levado alguma vantagem.

Como eu já sugeri, com a diminuição da produção aurífera o que aconteceu foi exatamente o inverso. Em vez de ser o centro consumidor, Minas se tornou o maior centro produtivo para o mercado interno brasileiro. O crescimento da cidade do Rio de Janeiro, enquanto centro administrativo da Colônia e, posteriormente, do império português, contribuiu consideravelmente para a transformação da

economia mineira. Mas eu creio que continuamos subestimando o volume do comércio entre as várias capitanias.

É bom lembrar, por exemplo, que boa parte das mercadorias transportadas de Minas para o Rio se destinava ao comércio de cabotagem e, portanto, a inúmeros portos ao longo do litoral brasileiro. Ao mesmo tempo, a ligação mineira com o Rio Grande do Sul não cessou porque Minas nunca foi capaz de produzir mulas suficientes para suprir as necessidades dos tropeiros que daqui levavam as mercadorias a todas as partes. Havia também o Paraná que, como região de pastagem de inverno das mulas na sua caminhada para o norte, continuava articulada com a economia mineira. Para ficar com este exemplo do comércio de muare, deve-se recordar que Sorocaba abrigava uma grande feira anual que havia surgido em função da demanda mineira e que, posteriormente, foi capaz de suprir as necessidades do transporte do café paulista.

Uma outra atividade que considero extremamente interessante foi a indústria têxtil doméstica de Minas. Os panos aqui produzidos serviam para vestir escravos em quase todo o Brasil até a década de 1860. De forma que as articulações podiam até estimular experiências, digamos, industrializantes. Durante todo o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro continuava crescendo e, portanto, necessitando de alimentos em volumes cada vez maiores. O abastecimento do mercado carioca já foi objeto de vários estudos, exatamente porque ele envolvia regiões produtoras tão distantes quanto o Sul, o Nordeste e a hinterland de Minas e do Centro Oeste. Muito embora as fazendas de café, tanto as do Vale do Paraíba, quanto aquelas da expansão em direção ao Oeste Paulista, incluíssem atividades do tipo "brecha camponesa", elas não eram inteiramente auto-suficientes em termos de alimentos. Da pauta das exportações mineiras deste período, os derivados suínos e os queijos muitas vezes se destinavam ao consumo, respectivamente, dos escravos e dos senhores das fazendas de café. As articulações, então, eram ligadas à diversificação produtiva, o que também implicava em processos de especialização regionalizada. Permeada pela divisão básica entre a orientação para os mercados externo ou interno, a especialização regional constituía a expressão econômica dos "Brasis".

Dito isto, insisto que não dá para entender o século XIX brasileiro sem que se entenda muito melhor Minas, não só em termos econômicos, mas também em termos políticos, sociais e mesmo culturais. Infelizmente, Minas é o filho pobre da historiografia do século XIX porque, durante muito tempo, se imaginava que aqui

só havia estagnação e regressão para atividades de mera auto-suficiência. Hoje, sabemos que isto não é a verdade. Mas, não me parece que tenhamos chegado a uma definição adequada do verdadeiro papel de Minas, ou das outras regiões voltadas ao mercado interno, nos vários aspectos da vida brasileira ao longo do século XIX.

Acho que o interminável debate acerca da chamada mineiridade é um reflexo desta falha, como também entendo que a questão da regionalização histórica tem de ser encarada com seriedade neste momento em que os separatismos vão tomando corpo. Confesso que não sei por onde começar, mas ontem mesmo Gorender citou a importância do meio-oeste norteamericano enquanto região abastecedora das fazendas e plantations do sul. Sabe-se que o meio-oeste era uma região de expansão agrícola e de excepcional fertilidade. Pois bem, existem estudos, hoje, mostrando que aquelas family farms- as fazendas familiares- raramente comercializavam mais do que 20% da sua produção. O resto era para consumo próprio. Ora, uns 20% de excedente "produziram" uma das mais dinâmicas regiões agrícolas de toda a História- uma região que desempenhou um relevante papel na derrubada do sistema escravista do sul e que pouco mais tarde se tornaria uma potência industrial.

É intrigante pensar nas semelhanças e nas diferenças. Minas, por exemplo, foi um baluarte do escravismo brasileiro até o último momento. Mas imaginemos que o excedente mineiro ou de outras regiões vinculadas ao mercado interno fosse minimamente parecido com o do meio-oeste americano. Neste caso, parece-me ser necessário refletir sobre o escravismo, em todas suas manifestações, enquanto um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social. Agora, quanto à questão das taxas de manumissão, creio que, de novo, pode ser útil uma comparação com o sul dos Estados Unidos. Sabe-se que, da segunda metade do século XVIII em diante, a incidência de manumissões no sul foi a mais baixa de todas as regiões escravistas do Novo Mundo. Durante o século XIX, na maioria dos estados sulistas a manumissão foi proibida por lei. Isto me leva a conclusão de que, na ausência de pressões políticas ou ideológicas, havia uma correlação inversa entre a prática de conceder a alforria e a existência de reprodução natural entre os escravos. E aqui o caso de Minas serve de exemplo: enquanto o tráfico foi intenso, ou seja, até a exaustão do ouro, as manumissões aqui eram muito frequentes; mas parece que, para o século XIX, Minas teria tido as taxas de manumissão mais baixas do Brasil. A razão não teria sido a importância da reprodução natural na manutenção do chamado "vasto plantel mineiro"?

Parenteticamente, eu lembraria que este sistema escravista fechado do sul dos Estados Unidos suscita algumas discussões teóricas bastante intrigantes. Claude Meillassoux, por exemplo, afirma que a ausência do tráfico internacional significa a não existência do escravismo. Para Luiz Filipe de Alencastro o escravismo sulista teria se transformado em uma espécie, sem dúvida exótica, do feudalismo. Acho que, no caso, está-se esquecendo do papel do intenso tráfico interno que acompanhou a marcha da produção algodoeira em direção ao sudoeste.

Quanto ao tráfico interprovincial no Brasil, pode-se ter certeza que ele separou muitas famílias. Com relação a Minas, Roberto Martins já demonstrou que a participação neste tráfico foi mínima e que a província chegou a comprar mais escravos de outras regiões do que vendia para Rio ou São Paulo. Isto se explicaria em função da demanda dos cafeicultores da Zona da Mata. Eu, não obstante, me pergunto se boa parte da demanda da Mata não foi suprida dentro da província, evitando assim os impostos do tráfico interprovincial. Suspeito que muitas famílias escravas daqui foram separadas por este tráfico intraprovincial. É uma área que ainda carece de estudos.

Profa. Andréia: São inúmeras as polêmicas em torno da existência ou não de uma "brecha camponesa" no sistema escravista colonial brasileiro. No caso específico de Minas Gerais no século XIX, como o professor analisa a questão da "economia própria do escravo", por exemplo se se tratava de uma economia familiar (no caso confirmando a existência da tal brecha camponesa...)

Prof. Douglas: Tudo que se tem sobre a brecha no Caribe, especialmente as obras de Sidney Mintz- o autor do termo "brecha camponesa", indica que a família era importante enquanto participante nestas atividades. Isto fica muito claro para a Jamaica, o que não deixa de ser curioso uma vez que a tragédia demográfica da ilha militava contra a formação de famílias. O fato é que, mesmo nestas circunstâncias adversas, a família foi instrumental na produção de alimentos básicos, cultivados e criados em terrenos concedidos pelos senhores e conhecidos como palenques. Basta dizer que existe ampla evidência demonstrando que os palenques eram "herdados", passados de pais para filhos. Sem a prática do brecha camponesa, as plantations jamaicanas não teriam sobrevivido. Pode-se dizer a mesma coisa com relação ao Haiti e, de acordo com o estudo de Rebecca Scott, recentemente traduzido para o português, também com relação a Cuba.

Agora, quanto às ilhas menores do Caribe, acredito que nelas a brecha nunca pegou, simplesmente porque não havia terra sobrando da produção açucareira que pudesse ser utilizada. Apesar de uma série de leis que ordenavam a implantação de um sistema do tipo "brecha camponesa", os senhores destas ilhas preferiram a importação regular de mantimentos. Diga-se, de passagem, que tal demanda criou um comércio de suma importância para o desenvolvimento das colônias da Nova Inglaterra. Ora, dada a imprevisibilidade do clima- as tempestades e, sobretudo, as furacões que podiam destruir as plantações em poucas horas- a regularidade deste comércio com o continente e com a Europa fez da brecha uma prática desnecessária e desvantajosa.

Nas ilhas maiores a brecha camponesa era muito importante, tão importante que na Jamaica, por exemplo, existiam feiras livres de dimensões nada desprezíveis, totalmente controladas por produtores/comerciantes escravos. Uma grande parcela dos alimentos consumidos na ilha foi comercializada nestas feiras. Há indícios de que, por volta da década de 1820, os escravos controlavam algo em torno de um terço da moeda circulante da ilha. Isto não é brecha; é um rombo camponês. Mas é um caso aparte, específico da Jamaica.

Com relação ao Brasil, é importante lembrar que o Caribe foi, de certa forma, um filho do nordeste brasileiro. As técnicas do cultivo e do processamento da cana, os métodos de organização da força de trabalho, etc. foram transferidos para o Caribe pelos holandeses durante a segunda metade do século XVII. Quando a brecha começou aparecer na documentação do Caribe- especificamente do Caribe britânico, onde o financiamento e o know how holandês constituíram componentes importantes para a instalação do complexo açucareiro- fazia-se referência ao Brazilian System ou "sistema brasileira".

Não são precisos grandes exercícios de dedução para concluir que, desde cedo, a brecha camponesa desempenhou um relevante papel no escravismo brasileiro. Estou chegando a conclusão de que nossas dificuldades em rastrear a brecha aqui no Brasil resultam da natureza arraigada deste conjunto de práticas. Suspeito que o silêncio das fontes primárias até agora consultadas é um sinal de que a brecha camponesa era de tal forma incorporada ao cotidiano do escravismo brasileiro que raramente merecia menção em documentos. Daí, a importância de procurar evidências nos interstícios da excepcionalidade. Estou pensando especificamente na documentação gerada por processos civis e criminais. Aliás, eu já vi exemplos em que surge a brecha camponesa como um direito adquirido pelos

escravos em processos em Mariana e tenho certeza de que a Casa Setecentista abriga inúmeros outros exemplos.

Na medida em que os frutos do trabalho em dias livres ou o produto das pequenas glebas cultivadas por escravos havia se tornado um direito consensual, as disputas seriam inevitáveis em determinados momentos. Como, por exemplo, recompensar um escravo por suas perdas em terras beneficiadas quando da venda dele para um novo senhor?

Já examinei processos tratando deste problema, em Mariana. Processos-crimes frequentemente tratavam do roubo e, as vezes, do roubo de bens pertencentes aos escravos. Nestes casos discutia-se a origem de tais bens: o trabalho remunerado dos escravos nos seus dias livres. Há os testamentos e inventários que podem conter pistas sobre as variadas atividades "extra-jornada" dos cativos. É só procurar. Este é um campo bastante promissor para os pesquisadores. Na verdade, se há algum problema sério com relação às investigações nesta direção, não é o da reabilitação. É o fato de que o termo brecha camponesa não dá conta da enorme variedade de atividades nas quais os escravos se engajavam. Alguém duvidaria da existência de uma brecha urbana ou de uma brecha mineradora ou de uma brecha artesanal e assim por diante?

Profa. Andréia: Gostaria de voltar à questão anterior acerca das manumissões em Minas Gerais: existem dados mais precisos acerca desta prática que confirmem a informação de que Minas Gerais, no século XIX, ostentava os mais baixos índices de manumissão dentre as províncias brasileiras? Volto a insistir ainda na questão do tráfico X constituição de famílias escravas: sabemos que após 1850 o tráfico interprovincial assume tal magnitude que o exemplo da Guerra da Secessão norte-americana passa a povoar as mentes das elites, culminando na adoção de leis restritivas à transferência de escravos do nordeste para o centro-sul...

Prof. Douglas: Eu só queria chamar atenção para o fato de que, ao longo do século XIX, a alforria era uma prática pouco comum em Minas. É preciso que se faça estudos comparativos mais detalhados para determinar se esta "parcimônia" era peculiar a Minas, ou se as alforrias também eram raras em outras regiões em

que a reprodução natural desempenhou um papel na manutenção dos planteis; no Paraná, por exemplo. É mais um campo aberto aos pesquisadores.

Com relação à última parte da sua observação, salienta-se que as leis obstaculizando o tráfico inter-provincial surgiram num contexto muito específico, mais político do que econômico. Na medida em que, no Nordeste, já estava em curso uma transição para o uso do trabalho assalariado ou de outros tipos de relações empregador/empregado, as elites regionais se tornaram, a partir da década de 1860, bastante propensas a pensar em um projeto de abolição da escravidão. Mais ou menos o mesmo processo se deu no Sul, onde o trabalho escravo deixava de predominar nas atividades mais dinâmicas.

Não vamos esquecer que a própria definição do escravismo é que a instituição social do trabalho escravo constitui a forma de trabalho predominante na sociedade- predominante pelo menos no sentido de, que preenche as necessidades dos setores dinâmicos da economia. Dessa forma, podemos concluir que o escravismo se extinguiu em boa parte do território nacional. Ele somente sobrevivia, e por razões distintas, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Espírito Santo e em áreas restritas da Bahia e de Pernambuco.

Na agenda política da nação brasileira estava colocada a seguinte questão: como acabar com a escravidão, de imediato ou gradualmente? Boa parte da elite brasileira, para não falar nos setores médios, estava obcecada com esta questão essencialmente ideológica. A eliminação da escravidão se tornou um objetivo irrepreensível. Para que o Brasil se tornasse um país verdadeiramente civilizado, um membro da comunidade ocidental civilizada, a escravidão teria de ser erradicada. Por isto entendo tais leis como fruto de um contexto estritamente político. Do ponto de vista das elites do Sudeste, o término do tráfico interprovincial servia para acalmar os ânimos, para estancar o movimento abolicionista, tirando-lhe argumentos relacionados com a crueldade do tráfico. Foi a tática de entregar os anéis para não perder os dedos; uma tática informada por uma estratégia que visava a manutenção da escravidão, apesar das pressões ideológicas. Não se deve subestimar a obstinação das elites do Sudeste: quando da votação do projeto da Lei do Ventre Livre na Câmara dos Deputados, nenhum deputado fluminense ou carioca votou a favor e dezesseis dos vinte mineiros também votaram contra- e isto numa Câmara formada unanimemente pelo Partido Conservador. No Brasil, parece que a fidelidade partidária não funciona...

Voltando à questão da influência do tráfico interprovincial sobre as famílias escravas: como já disse, é óbvio que este comércio deve ter provocado a separação de famílias. Em que escala não sabemos, porque inexistem estudos sobre o tópico. Mais uma vez, a experiência no sul dos Estados Unidos talvez lance luz sobre os efeitos do tráfico interno aqui no Brasil. Não resta dúvida de que o tráfico interno nos Estados Unidos podia separar marido e mulher, pais e filhos. Quem explora muito bem estas evidências é Herbert Gutman.

Há, no entanto, um acirrado debate acadêmico sobre os efeitos gerais do tráfico. Os quantitativistas procuram demonstrar com suas estatísticas que a maioria das vendas efetuadas durante o século XIX envolviam famílias inteiras e lembram que a migração em direção ao sudoeste frequentemente se realizava através da transferência dos senhores juntos com seus plantéis, deixando, assim, as famílias intatas. Eles argumentam que tais práticas expressavam o bom senso econômico do cotidiano sulista. Ao manter as famílias reunidas, os compradores estariam adquirindo escravos mais dóceis, menos propensos à fuga e, é claro, mais aptos a trabalhar. Tratava-se de uma questão de racionalidade econômica.

Admite-se, por outro lado, que a venda de adolescentes era relativamente comum- o que não deve surpreender, uma vez que o adolescente comandava um alto preço. Tais vendas teriam sido consoantes com uma prática geral na sociedade norte-americana dos noventa, ou seja, a busca de independência econômica por parte de adolescentes livres. É claro que estas interpretações são fruto de uma postura analítica/teórica que encara o escravismo sulista como um sistema economicamente racional. De qualquer forma, acredito que se possa imaginar que alguns destes elementos se encontravam no tráfico interprovincial brasileiro, mesmo porque o senso comum dos brasileiros não deve ter sido muito diferente.

Aluno: Eu tenho três perguntas. Gostaria de saber algo sobre os efeitos dos 300 anos do tráfico negreiro na África, quer dizer, o tráfico não representou um obstáculo ao desenvolvimento do continente? Estou me lembrando, ainda, das alforrias concedidas aos escravos que participaram na Guerra do Paraguai: qual foi a importância deste programa de libertação? Finalmente, parece-me que os viajantes fazem menção das doenças dos escravos e o Sr. mesmo escreve sobre a saúde dos escravos da Mina de Morro Velho no século XIX: não existiriam fontes que pudessem ser levantadas para o período da mineração?

Prof. Douglas: Quanto a sua primeira pergunta, devo dizer que os efeitos do tráfico sobre a África são o objeto de outro acirrado debate entre historiadores. Alguns consideram que, pela lógica, a imigração forçada de milhões de pessoas teve efeitos negativos sobre o desenvolvimento do continente africano a longo prazo. Ou seja, o tráfico teria negado à região os braços necessários a seu pleno desenvolvimento. Tende-se a enfatizar o caos social, político e econômico semeado pelo tráfico. Já outros estudiosos acreditam que o tráfico, por representar uma sólida participação no comércio internacional, teria impulsionado um certo desenvolvimento econômico, particularmente na África Ocidental. Lembram que, dado o baixo nível das forças produtivas, a remoção pelo tráfico de parcelas da população não redundou em perdas imediatas e que a volumosa imigração voluntária ou involuntária que teve lugar nos países europeus não representou um obstáculo ao progresso material dos mesmos. O curioso é que os próprios historiadores africanos não discutem esta questão- é como se o tráfico nunca existisse. De qualquer forma, parece-me que a África Ocidental era uma região super-povoada, levando em conta sua reduzida capacidade em termos da produção de alimentos. Neste sentido, é possível que a saída maciça de pessoas da África Ocidental até representasse algo de positivo, na medida em que possibilitou uma melhoria no padrão de vida do restante da população. Aqui é importante lembrar que cerca de dois terços dos africanos levados pelo tráfico eram homens. Ao mesmo tempo, deve se recordar que o homem africano normalmente não participava da produção agrícola e nem dos cuidados dos rebanhos de criação. Sua contribuição à produção de alimentos básicos era mínima. Neste sentido, é possível que a remoção forçada de milhões de africanos não tenha tido efeitos tão negativos assim para o continente. Mas há um contraponto curioso: de acordo com uma série de dados disponíveis para o Caribe britânico, no final do século XVIII, o escravo adulto nascido no Caribe era, em média, 4 ou 5 cm. mais alto que seu irmão africano do início do século XX. E isto no Caribe, que pode ser designado como o inferno escravista do Novo Mundo.

Quanto às alforrias concedidas através da participação na Guerra do Paraguai, confesso que não estou me lembrando do total de libertos. Se não me engano, algo em torno de 4 ou 5 mil soldados escravos receberam suas alforrias após o término dos conflitos. Evidentemente, diante de uma população escrava de 2 milhões e meio, estas alforrias não representavam nada. O que é mais importante lembrar sobre a participação dos escravos na Guerra do Paraguai é que a vasta maioria dos alistados acabou morrendo em função da péssima organização dos esforços bélicos por parte do governo Imperial. Também não vamos esquecer que

as companhias utilizadas como "bucha de canhão" durante as batalhas eram justamente as dos escravos negros. Quer dizer, o alistamento não era exatamente uma alternativa promissora para o escravo.

Você perguntou sobre doenças, especificamente aqui em Minas durante o período da mineração. Existem algumas observações feitas por escritores da época, mas, que eu saiba, não temos nada que se compara com os diários dos administradores e médicos do Caribe ou dos diários mantidos pelos senhores das plantations norte-americanas. Infelizmente, os portugueses e brasileiros não compartilhavam do hábito de registrar os eventos do cotidiano, tão comum entre os ingleses e franceses e seus colonos. Existem as estatísticas compiladas pelos médicos da Mina de Morro Velho durante o século XIX. São as únicas que eu conheço e eram publicadas nos relatórios anuais da Companhia Saint John. Também para o século XIX, existem as teses de médicos defendidas nas primeiras faculdades de medicina em Salvador e no Rio de Janeiro. Algumas destas teses versavam sobre doenças de escravos e talvez possam servir para que alguns estudiosos brasileiros sigam o caminho sugerido por Kipple. Afinal, se o escravo agora passa a ser agente de sua própria História, sua saúde merece tanto atenção quanto seus atos de rebeldia ou de acomodação.